

AS MÚLTIPLAS LÓGICAS DE UMA LÓGICA – AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA EDUCACIONAL

PITON, Ivania Marini – UNICS/UNIPLAC
ivania@proserv.com.br

Área Temática: Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

A pesquisa analisa brevemente o processo de globalização em curso e centra-se nas políticas que a normatizam com suas respectivas lógicas capitalistas – o neoliberalismo, muitas vezes apoiado no neoconservadorismo. Foca o papel das instituições multilaterais de financiamento nos processos das reformas educativas que ocorreram no Brasil e, em específico analisa as políticas educacionais do Estado de Santa Catarina. Tal foco foi escolhido porque o capitalismo enquanto modo de produção dominante para se manter precisa intervir em todos os setores da sociedade e tem na educação escolarizada um de seus *locus* privilegiados, principalmente a educação básica em seus diferentes níveis, a qual tem sido alvo principal da onda de mudanças necessárias à nova fase de desenvolvimento do capital, que, para tanto, tem proposto reformas de caráter involutivo aos processos educativos. Assim, observando as políticas educacionais do Estado de Santa Catarina, partimos do pressuposto que o enfoque das mesmas contém visões, conceitos programas, projetos, enfim, concepções altamente privatistas e desconstrutoras dos espaços públicos, o que faz buscando a implantação do ideário neoliberal nas políticas públicas, devido a isso se deu a escolha do objeto da pesquisa, sendo que o período recortado para análise foi entre os anos 2003 e 2006. A metodologia utilizada foi de cunho teórico-bibliográfica e documental. Em termos de documentos analisamos a proposta curricular do Estado – a qual possui grandes contradições internas, confrontado-a com os enfoques e formas de organização do governo. As conclusões confirmam os pressupostos observados inicialmente, demonstram um foco eminentemente gerencialista implantado nas esferas do Estado e, por consequência, nas escolas.

Palavras-chave: Política; Educação; Capitalismo

Introdução

O processo de globalização não é novo, mas, nas últimas décadas vem passando por uma aceleração através da mundialização do capital que tem impulsionado e atingido os diferentes setores da sociedade, colocando realidades complexas e desafiadoras, as quais tem implicado diretamente nos processos de construção da cidadania.

A última década do século passado foi marcada pela entrada do Brasil no contexto da globalização do capital em sua fase acelerada, a qual apresenta um alto nível de complexidade e de abrangência. Tal fase do processo de globalização é normatizada pelo modelo político neoliberal (muitas vezes apoiado no neo-conservadorismo) que estabeleceu o Estado excludente marcado por novas formas de acumulação de capital que acentuou as imensas desigualdades sociais, econômicas e educacionais existentes no Brasil.

Porém, no início do novo milênio afloraram para os cidadãos brasileiros novas expectativas vinculadas ao pleito eleitoral de 2002. O ano de 2003 iniciou-se sob a égide de um novo governo. O Brasil passou a ter como Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (Partido dos Trabalhadores), ex-metalúrgico e sindicalista, depois de 2 mandatos consecutivos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (Partido da Social Democracia Brasileira).

A exemplo do Brasil, os três Estados do Sul, mudaram de ideologia política a partir de 2003. Em Santa Catarina sai Esperidião Amin do Partido Progressista (PP) e entra Luiz Henrique da Silveira do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Paraná sai Jaime Lerner do Partido da Frente Liberal (PFL ao qual pertenceu no seu último mandato como governador do Estado), e entra Roberto Requião do PMDB; no Rio Grande do Sul, sai Olívio Dutra do PT e entra Germano Rigotto, também do PMDB.

As eleições colocaram nos governos de tais Estados 3 governadores do PMDB o que implicou em mudanças nas concepções políticas. Tais mudanças se deram de forma intensa e direta na educação escolarizada, seja pela amplitude de cidadãos que a escola atinge, seja pelos orçamentos que administra, seja pelo imaginário social sobre a função que a escola possui na formação dos sujeitos.

A situação dos Estados do Sul do país é emblemática por representar o “desejo do povo” por mudanças sociais; o resultado das eleições em questão denotam uma espécie de ruptura do continuísmo, pois, com exceção do Rio Grande do Sul, assumiram o Poder Executivo Nacional e dos Estados, representantes de partidos com tradição progressista, da esquerda brasileira.

Considerando tal cenário, a presente pesquisa analisou as políticas educacionais do Estado de Santa Catarina no período 2003/2006, período em que o Estado foi governado por Luiz Henrique da Silveira. Cabe considerar a importância da presente

pesquisa que, apesar de se referir a um período que se encerrou, o governador em questão reelegeu-se e atualmente cumpre seu segundo mandato no Estado.

O objetivo geral da pesquisa girou em torno da análise das muitas lógicas que envolvem a escola a partir das políticas educacionais instituídas pelo governo do Estado, considerando as diretrizes e documentos oficiais do governo.

Os objetivos específicos se voltaram a identificar se o cunho neoliberal e neoconservador das políticas implementadas nas últimas décadas no Brasil, em especial em alguns Estados da federação estiveram presentes em Santa Catarina no período pesquisado e suas implicações no sistema educacional do Estado; buscou-se ainda conhecer as principais diretrizes do governo Catarinense para a educação escolarizada no período.

As questões que conduziram à pesquisa foram as seguintes: Para que e a quem serve a atual escola pública no Estado de Santa Catarina? Que pressupostos conduziram as políticas educacionais catarinenses entre 2003 e 2006? De que forma tais políticas foram implantadas?

A pesquisa foi de cunho qualitativo teórico-bibliográfica – através de levantamento em livros, e revistas científicas sobre o tema e documental – através de documentos das Secretarias de Estado de Educação de Santa Catarina.

Política Educacional no Brasil

“A estratégia fortemente idealizada da globalização não passa de mais um nome para o reforço reiterado das relações iníquas de poder socioeconômico entre os países avançados e os subdesenvolvidos”. (István Mészáros, 2002)

A política educacional é um dos pontos sensíveis na problemática educacional brasileira, já que é através desta que se expressa a intencionalidade da educação, a teoria na prática e a práxis político-pedagógica que deve dar o norteio à educação escolarizada.

Pode-se considerar um exagero dizer que no Brasil jamais houve uma política educacional articulada e de longo prazo que contribuísse com a construção de uma educação cidadã, porém não seria uma inverdade, pois em nosso país, o que se costuma denominar de política educacional, não tem passado de conceitos, projetos e procedimentos decorrentes da idéia que da educação fazem os ocupantes ocasionais do poder.

Esse cenário foi agravado na última década pela invasão das políticas de cunho neoliberal na educação escolarizada brasileira de forma geral e em alguns Estados de forma mais específica. Assim, o problema que conduz a pesquisa é a busca ao entendimento do contexto sócio-econômico em que essas políticas tem sido criadas e implementadas. Tal problema justifica-se através de nossas preocupações, que não são recentes, pois, acompanham a aceleração das mudanças no contexto sócio-político-cultural e educacional posto pela mundialização do capital e as formas como tal desenvolvimento tem posicionado a educação como um subproduto a serviço das forças hegemônicas do mercado transnacional.

O capitalismo enquanto modo de produção dominante para se manter precisa intervir em todos os setores da sociedade e tem na educação escolarizada um de seus *locus* privilegiados. A educação básica em seus diferentes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio tem sido alvo principal da onda de mudanças necessárias à nova fase de desenvolvimento do capital, que, para tanto, tem proposto reformas de caráter involutivo aos processos educativos.

As Políticas e as Reformas Induzidas pelo Capital Transnacional

“O neoliberalismo não é algo novo, é a versão atual da longa guerra da minoria opulenta pela limitação dos direitos políticos e do poder civil da maioria”. (Chomsky, 2002)

O Brasil vive conseqüências de um processo de reformas cuja legitimidade começa a evidenciar sintomas de esgotamento. Cidadania, equidade, parceria, gerenciamento, não seriam o limite de um discurso simbólico apregoado como redenção da escola pública de qualidade? Tal discurso tem ganhado vastíssimo terreno de convalidação no interior das escolas públicas, pelos olhos daqueles que a própria educação lhes é negada como uma prática de esclarecimento e emancipação.

A ampliação do fenômeno da globalização com o desenvolvimento de novas tecnologias da concorrência intercapitalista e a hegemonia do capital financeiro, têm provocado alterações no papel dos Estados Nacionais. Opera-se uma redução do controle do papel do Estado sobre os movimentos do capital e um processo de subjugação do Estado pelas empresas transnacionais e instituições multilaterais de financiamento.

Por meio de empréstimos principalmente junto a instituições multilaterais de financiamento, são implantadas reformas do Estado¹ que, partem do pressuposto de que a causa da crise, pela qual a passam os Estados é atribuída à ineficiência do setor público, enquanto que o setor privado e as relações de mercado são indicadores de eficiência e qualidade.

A educação tem sido um dos alvos das medidas necessárias à inserção competitiva dos países em desenvolvimento, e isso não apenas visa à intensificação das forças de mercado, como a regulação dos sistemas de ensino, orientadas pelo Banco Mundial (BM/BIRD) como também, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da UNESCO - CEPAL e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, que estabelecem estratégias para melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas de ensino, com prioridade o Ensino Fundamental, a descentralização e adoção de medidas que alteram o aspecto institucional das escolas e do sistema de ensino.

Tendo em vista tal problemática, o atual debate em torno do papel do Estado, tanto na defesa quanto na crítica das tendências atuais, possui um segmento atual comum: a reforma em curso tem como predominante uma proposta, processo de **descentralização**, como conseqüência do enxugamento das ações do Estado na execução das políticas públicas. E como discurso hegemônico, esse enxugamento do Estado dá-se em nome da, “eficácia”, da “qualidade” da “equidade” e dos padrões de “**gerenciamento**”, enquanto que para os setores críticos, ele desencadeia um processo de “privatização”.

O cenário até aqui descrito é preocupante no que se refere à escola pública enquanto espaço democrático; assim, entendemos que é necessário buscar maior compreensão às mudanças que se estabelecem no contexto das Políticas Educacionais e de como essas mudanças chegam até as escolas públicas.

Uma das maiores evidências observáveis nas reformas educacionais de Santa Catarina é o caráter de “Reforma Gerencial” (BRESSER PEREIRA, 2000). Pretendemos avaliar em que se diferenciam ou não as ações priorizadas nos documentos analisadas, tendo em vista diferentes concepções de gestão em e os diferentes contextos sócio-econômicos que se insere a escola.

¹ No período entre 1995 e 2002 isso foi mais intenso, atualmente além dos empréstimos que ainda são contraídos convivemos e pagamos as dívidas anteriores.

As Políticas Educacionais em Santa Catarina

As políticas transnacionais trazem consigo um arcabouço econômico, político, ideológico-cultural e educacional que faz com que as pessoas, nem pensem mais em alternativas diferentes das apresentadas pelos poderosos, para os quais isto é uma grande vitória da liberdade e da democracia.” Chomsky (2002, p.27)

O foco dos documentos oficiais que organizam as políticas públicas e educacionais do Estado apontam à implementação de concepções claramente neoliberais e neo-conservadoras, como fica evidenciado na posição do Secretário de Estado da Educação:

Educação e sacerdócio se não sinônimos, são palavras que trazem o tom de trabalho vocacionado, pelo caráter educativo, de transmissão de conteúdos, de reflexão em torno de idéias, propostas e valores. Sem dúvida, além da valorização da crença e da fé no cultivo do espírito, o ser humano necessita desenvolver sua mente e competências por meio da aquisição de informações e de conhecimentos. É, sobretudo, orientado para essa finalidade, que o professor exerce uma função que transcende qualquer profissão técnica. (Paulo Bauer, Secretário de Educação – Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, capturado no dia 08/08/2008 no site <http://www.sed.sc.gov.br/index>).

Ou ainda, como é possível observar abaixo a ênfase em projetos voltados ao voluntariado, de forma que caracteriza a desvalorização dos espaços públicos:

O projeto "Ação Voluntária" tem a intenção de envolver a sociedade através do comprometimento em forma de trabalho voluntário, na conscientização acerca da importância da cidadania, valendo-se do direito legítimo de reivindicação dos direitos e execução dos deveres, com clareza e comprometimento político e social. (capturado no dia 08/08/2008 no site <http://www.sed.sc.gov.br/index>)

As ações voluntarísticas se não oriundas de movimentos organizados da sociedade civil são, na verdade, estratégias neoliberais para a educação, as quais objetivam retirar a educação da esfera pública e submetê-la as regras do mercado, o que significa não mais liberdade e menos regulamentação, mas, mais controle e governo da vida cotidiana na exata medida em que a transforma em um objeto de consumo individual e não de discussão pública e coletiva”. (SILVA, 1997)

Na área de políticas públicas e educacionais, os estudos e pesquisas sobre a influência do modelo político neoliberal na educação, já podem ser considerados um tema recorrente, mas que está longe de ser esgotado não só pela condição de

desconhecimento nas escolas, mas pela amplitude de suas ações no contexto social que lhe permite constantes renovações. Além do que, o neoliberalismo possui suporte em outros modelos, com os quais vem construindo alianças sociais voltadas a configuração de sua lógica.

Apple (2003, p. 44), destaca que a educação vem passando por uma modernização conservadora a partir de uma aliança que contém.

[...] quatro elementos principais. Cada qual tem sua própria história e dinâmicas relativamente autônomas, mas cada uma delas também tem sido costurada ao movimento conservador mais geral. Esses elementos são os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e uma certa fração da nova classe média de gerentes e profissionais qualificados em ascensão social. (...), presto uma atenção muito especial aos dois primeiros grupos, pois, atualmente - particularmente os neoliberais - estão à frente desta aliança voltada para a “reforma²” da educação.

As reformas são realizadas na expectativa que a educação seja mais eficiente, eficaz e produtiva, que necessite de menos investimentos estatais e reduza seus custos. Assim, o neoliberalismo busca imprimir a análise econômica à educação, institucionalizando e legitimando valores do mercado capitalista periférico, à esfera social, política, cultural e educacional.

Ou seja, os pontos que aparecem nas diretrizes oficiais do governo de Santa Catarina, não são invenção ou exclusividade de tal Estado, são, em linhas gerais, fundamentos do que pode-se chamar de “cartilha da agenda neoliberal” das instituições multilaterais de financiamento. São as mesmas diretrizes que vigoraram em Minas Gerais entre 1991 e 1997 e no Paraná entre 1995 e 2002³. Tais instituições afirmam que “Dentre os fatores que são especialmente importantes para determinar o grau de desigualdade, a influencia mais marcante é a da distribuição inicial de ativos econômicos, principalmente a educação”. (BM, 1995)

A tendência ao gerencialismo está evidente desde os nomes dos cargos: gerente de ensino fundamental, gerente de ensino médio, gerente de educação de jovens e adultos e assim sucessivamente em todos em níveis e modalidades de ensino até as

² Grifo do autor.

³ Sobre as reformas neoliberais em Minas Gerais ver o livro: OLIVEIRA, Dalila de Andrade. Educação Básica: gestão do trabalho e da Pobreza. Petrópolis: Vozes, 2002 e sobre as reformas no Paraná ver GENTILI, Pablo. A Falsificação do Consenso. Petrópolis: Vozes, 2000 e PITON, Ivania Marini. Políticas, Reformas e Conflitos Docentes: Globalização Neoliberal na Educação Básica Paranaense. Lages/SC/Curitiba/PR: editora da UNIPLAC/Gráfica da Assembléia Legislativa do Paraná, 2007.

concepções de eficiência e eficácia e as formas como a proposta curricular se refere aos processos de conhecimento e ao foco exacerbado nas questões relativas à tecnologia educacional, como podemos observar na Proposta Curricular do Estado (2005, p 7)

A reforma curricular em curso (...) busca inserir a escola num mundo de oportunidades que fluem pelos novos meios de comunicação. A utilização didática das novas tecnologias da comunicação e da informação favorece o processo pedagógico da proposta curricular do novo mundo. É, pois, obrigação ética de uma política pública de educação ampliar as possibilidades de ampliação desse poderoso meio didático.

Não negamos a importância da tecnologia educacional, mas esta não é redentora dos problemas educativos. O prefácio da Proposta Curricular como um todo se volta a *um novo mundo* sendo que as argumentações também e principalmente giram em torno das questões tecnológicas.

A Proposta Curricular é muito contraditória em termos de concepções filosófico-pedagógicas e metodológicas, pois, no prefácio encontramos uma afirmação que diz que “*os avançados sistemas de ensino-aprendizagem intensificam a prática do interacionismo subjetivista e social*” (2005, p.7), e que defende tais práticas, mas, na seqüência, destaca que,

o movimento de discussão e sistematização da Proposta Curricular, desde seu início, em 1988, caminhou e caminha ainda na direção de um marco teórico e uma diretriz metodológica bastante definidos. A opção teórica foi feita, desde o início, pela abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético”. (2005, p.9).

Argumenta em torno da formação dos sujeitos históricos e sociais forjados a partir de esforços dialéticos, buscando compreender que os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. (Proposta Curricular, 2005, p.9-10).

Na seqüência é possível entender como se estabeleceu tais contradições, pois o documento fala sobre como as propostas (de 1988, 1998 e 2005) foram construídas:

Ao mesmo tempo em que se fez a opção por um marco teórico, os educadores catarinenses buscaram um eixo norteador de referência para o processo metodológico da proposta, optando pela coerência dos princípios e pressupostos, e pelo enfoque histórico-cultural. Desse modo, toda a diretriz geral de orientação teórico-metodológica foi encaminhada tendo-se os dois marcos referenciais como fundamentação. Sustentada por essa matriz epistemológica no campo pedagógico, a Escola Pública de Santa Catarina vem buscando organizar sua ação educativa por intermédio de um currículo que deixa de ter função meramente técnica, para assumir as características de um artefato social e cultural; um currículo que está implicado em relações de poder, (...) que transmite visões sociais particulares e interessadas, (...) que produz identidades individuais e sociais particulares. (...) (Proposta Curricular, 2005, p.10).

Ou seja, os professores, construíram a proposta, o que fica claro é que a participação maior se deu exatamente nas duas primeiras versões, época que o neoliberalismo ainda era incipiente – se não no Brasil, pelo menos nos governos catarinenses.

A compreensão contextual e ampla das políticas educacionais e suas relações é condição básica para o desenvolvimento de processos pedagógicos coerentes e emancipatórios, pois, nos leva a entender as realidades/necessidades dos espaços e tempos escolares.

Considerações Finais

“Promovendo o triunfo do economicismo, o neoliberalismo produziu ao mesmo tempo um cemitério teórico. Para que teoria se os índices do mercado afirmam o que é e o que pode ser; o que vale a pena e o que não adianta; o que é bom, bonito e legítimo?” Emir Sader (2003)

A presente pesquisa desenvolveu um mapeamento analítico bastante limitado, se comparado à amplitude da problemática das políticas educacionais no período em questão, suas relações com as políticas de cunho neoliberal e neoconservador das políticas implementadas até 2002 no Brasil, bem como as implicações destas no sistema educacional catarinense após esse período.

A análise das diretrizes e documentos oficiais do governo, considerando às principais direcionamentos, propiciou pistas sobre as contradições postas no sistema de ensino catarinense, o que poderá contribuir sobremaneira com a problematização dos desafios enfrentados diuturnamente no interior dos processos educativos, aqueles com os quais os professores trabalham no “chão da escola”.

O que observamos são contradições evidentes no interior da própria proposta curricular lançada em 2005 e desta com o enfoque gerencial nas políticas do governo.

Nesse sentido, é mister considerar que o gerencialismo dá prioridade a resultados financeiros, até mesmo na educação, nas escolas os diretores tornam-se agentes hierárquicos tanto de controle quanto de implementação de mudanças e tornam-se agentes cruciais a serem responsabilizados pela prestação de contas da escola. (HOYLE e JOHN, apud SHIROMA, 2003).

Isso é ainda mais sério e comprometedor frente às necessidades de processos democráticos na escola, se considerarmos que em Santa Catarina o cargo de diretor de escola ainda é uma prerrogativa do partido político, ou seja, o Estado ainda não implantou eleições para diretores, estes são indicados pelo partido político que está no poder.

Aos docentes e aqueles que buscam construir processos educativos democráticos e emancipatórios cabe apropriar-se das contradições documentais e práticas e superar o enfoque gerencialista, pois, dentre as múltiplas lógicas que envolvem a escola uma lógica é a principal e está no *plano de fundo* – a lógica do capitalismo que perpassa as grandes linhas políticas, que, como já afirmamos contradizem-se, com a matriz pedagógico-filosófica das diretrizes curriculares; um cenário que propicia a predominância da lógica fragmentária de uma educação que não se volta à emancipação dos sujeitos, individuais ou coletivos, mas de uma educação que se volta para a lógica excludente do capitalismo transnacional e do mercado de trabalho em suas concepções reducionistas.

As políticas educacionais do Estado de Santa Catarina demonstram assim que seu enfoque contém visões, conceitos programas, projetos, enfim, concepções altamente privatistas e desconstrutoras dos espaços públicos.

Os governos neoliberais optam por tais políticas porque querem implantar processos modernizadores de cunho economicista-empresarial dentro dos espaços educativos o que se dá porque as reformas (im)postas levam as instituições educativas a um esvaziamento no processo de pensar sobre si mesma a partir dos pressupostos pedagógicos que a constituem, isso inclusive justifica as contradições da proposta curricular.

Além disso, demonstra, por um lado, a incoerência das políticas neoliberais, condutoras das reformas educacionais e, por outro, a importância de se desvelar às contradições. As escolas, enquanto instituições que trabalham com o conhecimento, com processos pedagógicos e com a cidadania precisam ter a prerrogativa de pensar

sobre seus próprios processos, isso deve ser desde a eleição para diretores até as concepções filosófico-epistemológica do processo pedagógico.

A pesquisa deixa margem para outras pesquisas, como por exemplo, quais as políticas que se mantiveram com a mudança de mandato e a permanência do mesmo governo? Que rupturas aconteceram? Que pontos se aprofundaram? Até que ponto a lógica interfere na produção de conhecimentos? E na formação da cidadania?

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Priorities and Estrategies for Educacion.** 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado.** Rio de Janeiro, editora da FGV, 1999

CHOMSKY, Noan. **O Lucro ou as Pessoas.** Petrópolis: Vozes, 2002

GENTILI, Pablo. **A Falsificação do Consenso.** Petrópolis: Vozes, 2000

MESZAROS, Istvan. **Educação para Além do capital.** Boitempo, 2005

OLIVEIRA, Romualdo P. (Org.) **Política educacional: impasses e alternativas.** 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Educação Básica: gestão do trabalho e da Pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002

PITON, Ivania Marini. Políticas, **Reformas e Conflitos Docentes:** Globalização Neoliberal na Educação Básica Paranaense. Lages/SC/Curitiba/PR: editora da UNIPLAC/Gráfica da Assembléia Legislativa do Paraná, 2007

SADER, Emir. **A Vingança da História.** São Paulo: Boitempo, 2003

SECRETARIA DE ESATDO DA EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular de Santa Catarina.** 2005 p 9a 11, no site <http://www.sed.sc.gov.br/index.>, capturado em 01/08/2008

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação.** Visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1997.

SHIROMA, Eneida Oto. **Profissionalização e Gerencialismo da Educação.** Jornal SINPEEM 2003